



Processo Licitatório N° 136/2025

Concorrência Eletrônica N° 01/2025

Contratante: Câmara Municipal de Caxias do Sul

Objeto: Contratação semi-integrada de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Valor estimado da Contratação: R\$ 3.157.740,00

Esta licitação é por ampla concorrência

Data da Sessão Pública: 27 de julho de 2026 às 10 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal

www.compras.gov.br ou www.gov.br/compras

Critério de Julgamento: Menor preço global

Modo de disputa: Aberto



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

OBJETO: Contratação semi-integrada de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.157.740,00 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 27 de julho de 2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, por meio do seu Presidente, Sr. Wagner Petrini, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, por meio eletrônico, pelo critério de julgamento de **menor preço global**, para a **contratação semi-integrada de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul**, caracterizada e especificada no Projeto Básico.

1.2 A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica.

1.4 As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse



público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos.

1.6 As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp>, e pelo site da Câmara Municipal de Caxias do Sul, www.camaracaxias.rs.gov.br.

1.7 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao agente de contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico pregoeiros@camaracaxias.rs.gov.br.

1.8 O agente de contratação responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.9 Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico pregoeiros@camaracaxias.rs.gov.br.

1.10 Caberá ao agente de contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.11 A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.12 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.

1.13 A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos já estabelecidos, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data agente de contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2 DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

2.1 – No dia 27 de julho de 2026, às 10 horas, o agente de contratação iniciará a sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

2.2 No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo agente de contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.



3 OBJETO

3.1 O objeto do presente Edital é a **Contratação semi-integrada de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul.**

4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 01.01.01.031.0018.1001 4.4.90.52.00.00.00.00 1500.0000000.

4.2 O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se em Anexo ao processo, totalizando a importância de R\$ 3.157.740,00 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta reais).

5 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço global.**

6 PRAZOS

6.1 O Contrato vigorará por **8 (oito) meses a partir da assinatura.**

6.2 O prazo de execução das obras é de **6 (seis) meses**, contados da data de emissão da ordem de início, podendo, este prazo, ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3 As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

6.4 Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.2 Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.



7.3 A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Concorrência Eletrônica e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

7.4 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

7.5 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

7.6 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.7 Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do Art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

7.8 Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

7.9 Não será permitida a participação em consórcio.

7.10 As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação da Administração, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindindo em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

7.11 Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta da Administração, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta da Administração, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

7.12 Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Projeto Básico.



7.13 Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.14 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.15 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.16 As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

7.17 A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

7.18 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8 CREDENCIAMENTO

8.1 Poderão participar os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

8.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.3 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



8.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.

8.5 É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a Câmara Municipal, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

8.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem 8.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9 GARANTIA CONTRATUAL:

9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores:

9.1.1 No prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da convocação expedida pela Administração Municipal a contratada deverá encaminhar ao Setor Financeiro da Câmara Municipal uma das modalidades previstas nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, sendo que a ordem de serviço/início dos serviços somente será expedida após a comprovação de que a garantia foi regularmente prestada em uma das modalidades a seguir:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

9.1.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

9.1.3. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos



eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais;

9.1.4. A garantia deve estar em vigor durante toda a execução do contrato, conforme faculta a Lei Federal nº 14.133/21, sendo de responsabilidade da contratada e contratante (através do gestor e fiscal do contrato) observar os prazos de validade da garantia contratual;

9.1.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

9.1.6. No caso da garantia prestada na forma de caução em dinheiro, está ficará depositada em conta vinculada a execução do contrato - caderneta de poupança - sendo restituída após a execução do contrato e estando regularmente cumpridas todas as obrigações por parte da Contratada;

9.1.7. Caso a licitante optar pelo seguro previsto no Inciso II do Artigo 96, terá o prazo de 30 (trinta) dias contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a apresentação da garantia;

9.1.8. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

I - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não efetuar o pagamento do prêmio nas datas convencionadas;

III - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no §2º do Art. 96 da Lei 14.133.

10 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

10.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os seguintes documentos relativos a proposta de preço e documentos de habilitação:

10.1.1 Proposta de preço, nos moldes do disposto neste edital;

10.1.2 Planilha orçamentária do preço proposto, contendo o detalhamento dos custos que compuseram a proposta de preço;

10.2 A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.3 As propostas de preço deverão conter os valores unitários, totais e total global, tendo por base os itens da planilha orçamentária do projeto básico da obra.



10.4 As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação.

10.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.6 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, no prazo estabelecido pelo agente de contratação.

10.7 O Agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.9 Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.10 No preço proposto serão computadas todas as despesas para a elaboração do projeto executivo e execução total da obra, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.11 Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

10.12 A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo agente de contratação.

10.13 As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A



Administração, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.14 Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo agente de contratação com a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.2 Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

11.4 A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.5 Para a etapa de lances nesta concorrência eletrônica será adotado o modo de disputa aberto.

11.6 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.7 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.8 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais)** de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.9 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.11 **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo agente de contratação, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste edital.

11.12 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de



duração da sessão pública.

11.13 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.14 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.15 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12 DA ANÁLISE DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

12.1 Considerando o disposto no Art. 59, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, a análise da conformidade das propostas se dará após o encerramento da sessão de lances e exclusivamente em relação ao licitante mais bem classificado após a disputa.

12.2 O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados, quando for o caso;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida;

12.4 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

12.5 Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.6 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº



14.133/2021.

12.7 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8 Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do agente de contratação.

13 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço global, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances da concorrência eletrônica, tenha apresentado lances cujos valores sejam iguais ou inferiores aos previstos na planilha orçamentária de valores estimados pela Administração, considerado o valor total global, para o caso.

13.2 Caso esteja configurado empate em primeiro lugar serão observados os critérios e preferências previstos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3 Após o encerramento das etapas anteriores, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

13.4 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.5 Haverá um prazo de 1 (um) dia útil, contados da solicitação do Agente de Contratação no sistema, para envio da proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação.

13.6 O agente de contratação anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor global, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo agente de contratação acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

13.7 Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o agente de contratação e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

13.8 Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor global, o agente de



contratação passará para o julgamento da documentação de habilitação observando as seguintes diretrizes:

13.8.1 O agente de contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

13.8.2 O agente de contratação verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor por meio da apreciação dos documentos de habilitação exigidos neste edital;

13.8.3 Caso os dados e informações existentes nos documentos de habilitação não atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, o agente de contratação verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

13.8.4 O agente de contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item anterior. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.8.5 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

13.8.6 Essa verificação será registrada pelo agente de contratação na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

13.8.7 A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema Portal de Compras Públicas.

13.8.8 Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

13.9 Caso o julgamento seja no sentido da regularidade dos documentos apresentados, o processo prosseguirá, do contrário, será efetuado o mesmo procedimento em relação aos demais licitantes classificados no processo.

13.10 Após o julgamento da habilitação, o agente de contratação abrirá o prazo de **30 (trinta) dias** para que a empresa que apresentou o menor valor apresente o projeto executivo, em formato digital e impresso. Todos os documentos deverão ser entregues devidamente assinados, seja a punho (para os



casos impressos) ou eletronicamente com validação oficial (para os casos de entregas em meio digital). Todos os desenhos técnicos deverão ser entregues em CAD (computer-aided design – Desenho assistido por computador) e em PDF. O arquivo em CAD deverá ser disponibilizado em DWG, na versão 2020, podendo, a Administração, solicitar a qualquer momento a alteração para versões anteriores. Após a apresentação do projeto básico e executivo, o agente de contratação encaminhará os documentos da proposta para análise e aceitação por equipe técnica especializada ou empresa contratada pela Administração, a qual emitirá parecer técnico fundamentado sobre a análise efetuada.

13.10.1 O projeto executivo deverá contemplar os seguintes itens:

13.10.1.1 Planilha orçamentária com o detalhamento de todos os itens e valores de cada um deles;

13.10.1.2 Planilha de BDI;

13.10.1.3 Memorial Descritivo da obra;

13.10.1.4 Plantas Baixas da obra.

13.11 A Administração, por seu corpo técnico, se aterá, única e exclusivamente, na análise técnica dos documentos relativos ao projeto executivo apresentado pela licitante classificada em primeiro lugar, verificando a conformidade dos mesmos em relação ao Projeto Básico elaborado pela Administração.

13.12 Para fins de execução da etapa prevista nos itens 13.10 e 13.11 deste edital, o agente de contratação suspenderá a sessão de julgamento do processo pelo tempo necessário, retomando-a imediatamente após a emissão do parecer técnico pela equipe técnica especializada ou empresa contratada pela Administração.

13.13 Caso a análise técnica seja no sentido da regularidade dos documentos apresentados, o processo prosseguirá para a homologação e assinatura do contrato, do contrário, será efetuado o mesmo procedimento em relação aos demais licitantes classificados no processo.

13.14 Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o agente de contratação examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

13.15 Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o agente de contratação, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação



13.16 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.camaracaxias.rs.gov.br/licitacoes>.

13.17 Encerrada a sessão pública, caso solicitado pelo agente de contratação, a licitante declarada vencedora deverá apresentar à Administração, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema de Compras do Governo Federal em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o agente de contratação solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a sua recusa em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

14 HABILITAÇÃO

14.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 15 e seguintes deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- 14.1.1 Documentação relativa à habilitação jurídica;
- 14.1.2 Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- 14.1.3 Documentação relativa à habilitação fiscal;
- 14.1.4 Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- 14.1.5 Documentação relativa à qualificação técnica.

14.2 As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos.

14.4 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.



14.5 A documentação exigida poderá ser substituída pelo registro cadastral junto a Administração, caso seja disponibilizada esta ferramenta e deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no Sistema de Compras do Governo Federal.

15 HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1 Para fins de habilitação jurídica as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

15.1.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;

15.1.2 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

15.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício;

15.1.3.1 A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

15.1.4 A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente;

15.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.1.6 Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor;

15.1.7 Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do Anexo deste edital;

15.1.8 Documento de identificação do representante legal da empresa.

16 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1 Para fins de habilitação econômico-financeira as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

16.1.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar os seguintes índices **JÁ**



CALCULADOS, dos dois últimos anos:

16.1.1.1 **Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1,0.** Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}$$

16.1.1.2 **Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1,0.** Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE}$$

16.1.1.3 **Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1,0.** Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}{PATRIMÔNIO\ LÍQUIDO}$$

16.1.2 A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

16.1.3 Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

16.1.3.1 Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

16.1.3.2 Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial



da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

16.1.3.3 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

16.1.4 A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento), nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

16.1.5 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante.

16.1.6 Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a **integralidade dos custos** (Anexo III) para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo deste Edital.

17 HABILITAÇÃO FISCAL

17.1 Para fins de habilitação fiscal as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

17.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

17.1.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

17.1.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.1.3.1 A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

17.1.3.2 A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante;

17.1.3.3 A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante;

17.1.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF– FGTS.



18 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

18.1 Para fins de habilitação social e trabalhista as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

18.1.1 Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo IV deste edital, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

18.1.2 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

18.1.3 Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, na forma do Anexo V deste edital.

19 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 Para fins de habilitação de qualificação técnica as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

19.1.1 Declaração, de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

19.1.2 Declaração expressa, sob as penas da lei da disponibilidade dos veículos, maquinários, equipamentos e ferramentas pertinentes e adequados para a realização do objeto proposto quando da execução do objeto licitado.

19.1.3 Capacidade técnica operacional ou empresarial:

19.1.3.1 Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Classe (CREA/ CAU ou outro) da região da sede da empresa.

19.1.3.2 Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

19.1.5 Capacidade técnica profissional:

19.1.5.1 Declaração de indicação de responsável técnico, conforme Anexo VI deste edital;

19.1.5.2 Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Classe – CREA, CAU ou outro da região da sede da empresa;

19.1.5.3 O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de



serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

19.1.5.4 O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra objeto desta licitação.

19.1.5.5 No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

19.1.6 Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da execução do serviço, na data da efetiva visita e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20 DEMAIS DECLARAÇÕES

20.1 As empresas participantes deverão apresentar as seguintes declarações sob pena de desclassificação da empresa:

- a) Declaração da licitante, de que não pesa contra si, **declaração de inidoneidade**, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- b) Declaração da licitante indicando **endereços eletrônicos** para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is).
- c) Declaração da licitante de que não que mantenha **vínculo** de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.
- d) Declaração de responsabilização civil e administrativa, conforme este edital;
- e) Indicação da localização das instalações, conforme este edital.

21 RECURSOS



21.1 Divulgada a vencedora, o agente de contratação informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

21.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

21.3 As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

21.4 A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

21.5 A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

21.6 Os recursos serão dirigidos ao agente de contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

21.7 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

21.9 Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato, anexa a este edital.

22 CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

22.1 As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

22.2 Caso o Sistema da Concorrência Eletrônica fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes.

22.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da



inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

22.4 A desconexão do agente de contratação no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o agente de contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

22.5 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes.

23 ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

23.1 Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

23.2 Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre o Administração e a ADJUDICATÁRIA.

23.3 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Administração, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pelo Administração, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

23.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Administração.

23.5 Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o agente de contratação, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

23.6 A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência, com as normas



da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo Administração. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência, que integra este Edital, sem ônus para o Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

23.7 A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

23.8 No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

23.9 O início da obra dará em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da ordem de início.

23.10 O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

23.11 A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à servidora Odila Uez, matrícula 104.

24 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

24.1 O pagamento será efetuado conforme a execução da obra, em parcelas atestadas através de boletins de medição, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

24.2 Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.3 O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente executados e aceitos.

24.4 A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo deste edital.

24.5 No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a



partir da reapresentação válida desses documentos.

24.6 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor Empenhos e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

24.7 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança,

24.8 O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente vigente em nome da licitante, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

25 REAJUSTE

25.1 Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de doze meses, contados da data de efetivo início da obra.

25.2 Somente ocorrerá o reajustamento do Contrato se o prazo previsto no item anterior decorrer de previsão expressa no Edital, não sendo reajustado em casos onde o prazo de doze meses fluir mediante termo aditivo de prorrogação contratual, qualquer que seja o motivo da referida prorrogação.

25.3 Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice do IPCA, ou outro que vier a substituí-lo, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I - Io) / Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

25.4 A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

25.5 Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado,



será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no item 23.3 deste edital.

26 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1 A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

26.2 Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

26.2.1 Advertência;

26.2.2 Multa;

26.2.3 Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

26.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.3 A aplicação da sanção de multa observará os seguintes parâmetros:

26.3.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução da obra, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não –aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

26.3.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução da obra, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

26.3.3 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

26.3.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

26.3.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

26.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

26.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mesal do contrato

TABELA 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

26.6 As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

26.7 As sanções previstas nos itens 24.2.1, 24.2.3 e 24.2.4 deste edital poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista no item 24.2.2, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

26.8 As multas eventualmente aplicadas não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

26.9 As multas aplicadas serão compensadas com valores devidos à CONTRATADA.



26.10 Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

26.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

26.12 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

27 FORO

27.1 Fica eleito o Foro de Caxias do Sul/RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

28 DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

28.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente da Administração.

28.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

28.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo agente de contratação.

28.5 Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Minuta de Contrato
Anexo II	Modelo de proposta
Anexo III	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo IV	Declaração ref. ao artigo 68, inc. VI da Lei 14.133/21;



Anexo V	Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal 14.133/2021
Anexo VI	Indicação do Responsável Técnico
Anexo VII	Declaração de visita
Anexo VIII	Declaração de Idoneidade
Anexo IX	Declaração Indicando Endereço Eletrônico
Anexo X	Declaração ref. ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XI	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo XII	Indicação da Localização das Instalações
Anexo XIII	Projeto Básico/Cronograma físico-financeiro
Anexo XIV	Matriz de Riscos

Caxias do Sul, 03 de junho de 2026.



Wagner Petrini
Presidente



ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Caxias do Sul, com sede à Rua Alfredo Chaves, nº 1323, Centro, Caxias do Sul/ RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.862.234/0001-66, representada pelo seu Presidente Vereador Wagner Petrini, CPF 007.399.180-52, ora denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa _____, sediada na _____, nº ____, em _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, representada pelo Sr. _____, portador do CPF nº _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei nº 14.133/2021, bem como ao processo de contratação instaurado sob a modalidade de Concorrência nº 01/2025, Processo Licitatório nº 136/2025.

1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato.

1.2 A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

2 OBJETO

2.1 O objeto do presente Contrato é a **Contratação semi-integrada de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul**, tudo conforme projetos técnicos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos, especificações e cronograma físico financeiro - Empreitada Global.

2.2 A elaboração do projeto executivo e execução da obra será realizada com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no



Projeto Básico, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação dos serviços.

3 DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

3.1 A presente contratação vincula-se integralmente aos termos do edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos, especialmente ao anteprojeto, às especificações técnicas e à proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de transcrição.

3.2 A CONTRATADA obriga-se à elaboração do projeto executivo de engenharia e à execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul, em regime de contratação semi-integrada, em estrita observância às condições, prazos, especificações técnicas, normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como às disposições constantes no edital e em seus anexos.

3.3 Integram e complementam este contrato, para todos os os fins de direito:

3.3.1 O edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos;

3.3.2 O anteprojeto e demais documentos técnicos que instruem o processo licitatório;

3.3.3 A cronograma físico-financeiro;

3.3.4 Eventuais esclarecimentos, atas, pareceres e comunicações formalmente incorporados ao processo administrativo.

3.4 Em caso de divergência entre os documentos integrantes da contratação, prevalecerá a seguinte ordem:

3.4.1 O contrato;

3.4.2 O edital e seus anexos;

3.4.3 A proposta da CONTRATADA.

4 DAS CONDIÇÕES E FORMA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A prestação dos serviços objeto deste contrato compreenderá a elaboração do projeto executivo de engenharia, bem como a execução de todas as etapas, fornecimentos, instalações, adequações e demais serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul, em conformidade com o edital, seus anexos, o anteprojeto, a proposta apresentada e as normas técnicas aplicáveis.

4.2 Os serviços deverão ser executados sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, mediante fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, tecnologia, equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como todos os demais insumos necessários à perfeita execução do objeto contratado.



5 DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1 A CONTRATADA responderá pela solidez, segurança, qualidade e adequado funcionamento dos serviços executados, materiais empregados, instalações e equipamentos fornecidos no âmbito da reforma objeto deste contrato, observados os prazos legais aplicáveis, especialmente aqueles previstos no Código Civil, nas normas técnicas pertinentes e na legislação específica.

5.2 O prazo de garantia dos serviços executados e materiais empregados será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo da obra, sem prejuízo da responsabilidade legal da CONTRATADA por vícios ocultos, defeitos construtivos, falhas estruturais ou inadequações técnicas eventualmente constatadas posteriormente.

5.3 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir os serviços, materiais, equipamentos ou instalações que apresentarem vícios, defeitos, falhas, inadequações ou desconformidades decorrentes da execução contratual.

6 DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado conforme a execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro aprovado pela CONTRATANTE, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e demais documentos exigidos, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados do ateste realizado pelo fiscal do contrato ou por equipe técnica especializada designada pela Administração.

6.2 O ateste somente será realizado após a verificação da conformidade dos serviços executados e/ou das etapas concluídas com as especificações técnicas, projeto executivo aprovado, cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas no edital, seus anexos e contrato.

6.3 A data do ateste corresponderá à data de emissão do Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo, conforme o caso.

6.4 A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária vigente, sob pena de devolução para correção do faturamento.

6.5 Na hipótese de existência de erros na nota fiscal, documentação incompleta ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se a contagem do prazo após a regularização, observada a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos da CONTRATANTE.

6.6 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições previstos na legislação fiscal e fazendária aplicável, em conformidade com as instruções normativas vigentes.



6.7 A retenção tributária prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA comprove enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, mediante apresentação da declaração exigida pela legislação vigente.

6.7.1 Enquanto a CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da legislação aplicável, as notas fiscais não deverão ser emitidas com retenção de PIS, COFINS e CSLL.

6.8 Quando os recursos destinados à execução do objeto forem provenientes de convênios, contratos de repasse, financiamentos ou instrumentos congêneres, os pagamentos ficarão condicionados ao efetivo repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

6.9 A atualização financeira dos valores eventualmente devidos observará a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, contada desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento.

6.10 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE os dados bancários da conta de sua titularidade, incluindo banco, agência e número da conta corrente, não sendo realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

6.11 Para fins de adjudicação, homologação e empenho, os valores poderão sofrer ajuste automático para adequação a até duas casas decimais, sendo desconsideradas as demais casas posteriores.

6.12 A presente contratação será formalizada mediante instrumento contratual, considerando tratar-se de contratação semi-integrada envolvendo elaboração de projeto executivo e execução de obra de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7 DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado data da proposta.

7.2 Após o intervalo de 01 (um) ano os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação pelo CONTRATANTE da variação do índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo.

7.3 O reajuste de preços previstos serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1 Elaborar e apresentar o projeto executivo completo, observando as diretrizes, especificações e



condições estabelecidas no Projeto Básico, na proposta apresentada e nos demais documentos do processo licitatório;

8.1.2 Executar os serviços em conformidade com o projeto executivo aprovado pela Administração, bem como com as exigências contratuais e técnicas aplicáveis;

8.1.3 Obedecer às normas técnicas da ABNT, às legislações urbanísticas, ambientais, de acessibilidade, segurança do trabalho, prevenção e combate a incêndio, bem como às demais normas legais e regulamentares pertinentes;

8.1.4 Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual, providenciando a emissão e apresentação das respectivas ARTs e/ou RRTs nos prazos devidos;

8.1.5 Cumprir os prazos previstos no cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração;

8.1.6 Executar os serviços de forma a minimizar impactos às atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Caxias do Sul, observadas as orientações da fiscalização contratual;

8.1.7 Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE e pela fiscalização contratual;

8.1.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços ou materiais em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidade com as especificações contratuais, no prazo fixado pela fiscalização;

8.1.9 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, observadas as especificações técnicas e normas aplicáveis;

8.1.10 Tomar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos ao CONTRATANTE, a terceiros e ao patrimônio público, responsabilizando-se integralmente pelos prejuízos decorrentes da execução do objeto, ainda que causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados;

8.1.11 Preservar as áreas adjacentes e os bens da Administração, responsabilizando-se pela reparação de eventuais danos causados;

8.1.12 Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas, securitárias e sociais decorrentes da execução contratual, inclusive pelos custos relativos à mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, instalações provisórias e demais despesas necessárias à completa execução do objeto;

8.1.13 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

8.1.14 Responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra e pela obtenção de alvarás, licenças e autorizações perante os órgãos competentes, inclusive ambientais, quando exigível;

8.1.15 Responsabilizar-se pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relacionados à execução contratual, respondendo por eventual utilização indevida;



- 8.1.16 Cumprir, durante toda a execução do contrato, as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicáveis;
- 8.1.17 Manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto;
- 8.1.18 Não subcontratar pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público responsável pela fiscalização ou gestão contratual, bem como com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;
- 8.1.19 Informar e manter atualizado endereço eletrônico para recebimento de notificações, comunicações e intimações, inclusive judiciais;
- 8.1.20 Comprovar o cadastramento e a atualização de seus dados perante os sistemas eletrônicos do Poder Judiciário, quando exigível;
- 8.1.21 Comprovar a implantação de programa de integridade, nas hipóteses legalmente exigidas, nos termos do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.1.22 Efetuar as retenções tributárias legalmente exigidas, inclusive do imposto de renda, observada a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e alterações posteriores;
- 8.1.23 Os serviços somente serão considerados recebidos após verificação, pela fiscalização da Administração, de sua conformidade com as especificações técnicas, condições contratuais e padrões de qualidade exigidos;
- 8.1.24 A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto contratual.

9 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

9.1 Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

10 FISCALIZAÇÃO

10.1 A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

10.1.1 A Fiscalização da execução da obra caberá à servidora Sra. Odila Uez, matrícula 010-4. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.



10.1.2 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

10.1.3 Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

10.1.4 A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

10.1.5 A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

11 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

11.1 A obra objeto deste Contrato será executada sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro _____, que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

11.2 A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção dos serviços e no local da sua execução até o respectivo encerramento.

11.3 O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

12 ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

12.1 Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários poderão ser acrescidas em até 50% (cinquenta por cento), por item, da quantidade primitiva, a juízo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste Contrato.

12.2 Para a preservação do valor do Contrato, aos acréscimos corresponderão, sempre que possível e



recomendável, supressões de outros itens, em igual proporção, desde que não haja comprometimento do serviço e nem se transfigure o objeto do contrato, conforme o art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3 Itens simples ou compostos que não constem originariamente na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e que eventualmente se façam necessários, deverão ser incluídos sempre com base nos insumos, composições ou itens relacionados na tabela de preços adotada no Contrato.

12.4 Poderão ser aceitas variantes dos Projetos, quando houver, para a execução dos serviços, que, depois de analisadas pela Fiscalização, conduzam à redução do preço contratado. Esta variante será acompanhada de uma Planilha de Quantitativos e Preços Unitários que demonstre a efetiva redução do preço referencial. A aceitação das variantes implicará:

12.4.1 A contemplação dos seus quantitativos e preços na Planilha Oficial de Quantitativos e Preços Unitários, procedendo-se às adaptações necessárias, com as substituições e modificações indispensáveis e pertinentes;

12.4.2 A inalterabilidade dos preços e dos quantitativos das variantes.

12.5 O CONTRATANTE poderá modificar o projeto ou as suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com alteração ou não do valor contratual, observado o disposto nos arts. 124, inciso I, e 130, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme o art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13 PRAZO

13.1 O Contrato vigorará a partir da assinatura até 08 (oito) meses.

13.2 O prazo de execução da obra é de **06 (seis) meses**, contados da data de emissão da ordem de início, podendo, este prazo, ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

14 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1 São obrigações do CONTRATANTE:

14.1.1 Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

14.1.2 Realizar a fiscalização do objeto contratado.

15 RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

15.1 O recebimento do objeto do contrato previsto no item 2 dará mediante a avaliação de servidores designados pela Administração, que constatarão se o serviço executado atende a todas as



especificações contidas no Projeto Básico.

15.2 Os serviços executados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela fiscalização do contrato, que anotarás em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

15.3 Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação.

15.4 Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16 FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

16.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

16.2 Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas.

16.3 Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

17 SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

17.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

18 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o Administração poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

18.1.1 Advertência;

18.1.2 Multa;

18.1.3 Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

18.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



18.2 A aplicação da sanção prevista no item 19.1 do caput desta cláusula observará os seguintes parâmetros:

18.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.3 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

18.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.7 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato



TABELA 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
<i>Para os itens a seguir, deixar de:</i>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

18.3 As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

18.4 As sanções previstas nos itens 19.1.1, 19.1.3 e 19.1.4 do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista no item 19.1.2, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

18.5 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação na imprensa oficial da CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL do ato que as impuser.

18.6 As multas aplicadas serão compensadas com valores devidos à CONTRATADA.

18.7 As multas eventualmente aplicadas não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.8 A aplicação das sanções é da competência do Presidente da Câmara Municipal.

18.9 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar



confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19 RECURSOS

19.1 A CONTRATADA poderá apresentar:

19.1.1 Recurso administrativo, a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação da aplicação das penalidades;

19.1.2 Recurso administrativo, a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação da extinção do contrato, quando promovida por ato unilateral e escrito da Administração;

19.1.3 Pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade prevista no subitem 19.1.4 da cláusula anterior.

19.2 Os recursos serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual, se não reconsiderar a decisão, encaminhará o recurso, devidamente motivado, à autoridade superior para julgamento.

20 EXTINÇÃO

20.1 O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, nas hipóteses previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado o disposto no § 2º do art. 138 da referida Lei.

20.2 A extinção produzirá efeitos a partir da publicação do ato administrativo na imprensa oficial da Administração.

20.3 Extinto o Contrato, o CONTRATANTE poderá assumir imediatamente o objeto contratual, no estado e no local em que sua execução se encontrar.

20.4 Na hipótese de extinção por culpa da CONTRATADA, esta ficará sujeita, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o saldo contratual reajustado ou sobre o valor total do Contrato, conforme o caso.

20.5 Nos casos de extinção decorrente de culpa exclusiva do CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

20.5.1 Os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;



20.5.2 O pagamento dos custos de desmobilização, quando cabíveis;

20.5.3 O ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados.

20.6 Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito aos valores correspondentes às parcelas do objeto efetivamente executadas e aceitas pela fiscalização até a data da extinção.

20.7 No caso de extinção amigável, esta será formalizada por termo próprio, fazendo jus a CONTRATADA aos pagamentos devidos pela execução contratual até a data da extinção, conforme apuração da fiscalização do contrato, bem como à devolução da garantia, quando cabível.

21 SUBCONTRATAÇÃO

21.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

21.2 A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

22 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 Os recursos necessários à execução da obra ora contratados correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 01.01.01.031.0018.1001 4.4.90.52.00.00.00.00 1500.0000000 para 2026.

23 FORO

23.1 Fica eleito o Foro de Caxias do Sul/RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

24 PUBLICAÇÃO

24.1 O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento na imprensa oficial da Administração além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas do CONTRATANTE.

25 DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário.



25.2.1 Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Caxias do Sul, ____ de _____ de 2026.

Wagner Petrini

Presidente

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo)



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

À Câmara Municipal de Caxias do Sul – RS

CONCORRÊNCIA Nº 01/2025 - PROCESSO Nº 136/2025.

Empresa:

Endereço:

Cidade:.....

Objeto: Contratação semi-integrada de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul, tudo conforme projeto básico constante no edital, conforme segue:

Lote	DISCRIMINAÇÃO	Valor
01	<u>Contratação semi-integrada de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas e serviços necessários à reforma interna do 2º e 3º andares do prédio da Câmara Municipal de Caxias do Sul.</u> OBS.: tudo conforme projeto básico anexo ao edital.	R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (NUMERAL E POR EXTENSO): R\$ ()

Ass. Res. Legal da Empresa

Ass. Responsável Técnico

Carimbo do CNPJ Empresa: _____



OBS.: JUNTAR TODOS OS DEMAIS DOCUMENTOS DO PROJETO EXIGIDOS PELO EDITAL PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA



ANEXO III

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL
Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

XXXXXX, de de 2026.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO REF. EMPREGO DE MENOR

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, por intermédio do seu (sua) representante legal o(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, portador(a) da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxx e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº xxxxxxxx, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

XXXXXXXX, de de 2026.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63,
IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

XXXXX, de de 2026.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VI

INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A Empresa,
sediada, inscrita no CNPJ sob
n.º, por seu Diretor/Sócio
Gerente, portador de CPF sob n.º e RG
sob n.º que esta subscrive:

INDICA como responsável técnico pela obra objeto desta licitação, o
profissional, CREA
n.º, portador de CPF sob n.º e RG sob
n.º

XXXXX, de de 2026.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial] Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº. [endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, [nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade Concorrência, nº 01/2025, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

XXXXXX, de de 2026.

Agente Público
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa (Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa (Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A
 Empresa
 sediada inscrita no CNPJ sob
 n.º por seu Diretor/Sócio
 Gerente, portador de CPF sob n.º e RG
 sob n.º que esta subscreve:

DECLARA nos termos da Lei que a Empresa supra referida está apta a participar do presente processo licitatório, considerando sua condição de regular habilitação não pesando contra ela qualquer Declaração de Inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo.

XXXXXXX, de de 2026.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IX

DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade CONCORRÊNCIA nº 01/2025, que indica o seguinte endereço eletrônico: _____ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

XXXXXXXXX, de de 2026. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO X

DECLARAÇÃO REF. ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Administração, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

XXXXX, de de 2026.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

XXXXXXXXX, de de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO XII

MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na [endereço das instalações], acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

XXXXXXX, de de 2026.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO XIII

PROJETO BÁSICO

Reforma interna do 2º e 3º andar da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul

PROJETO BÁSICO

Reforma interna do 2º e 3º andar da Câmara de Vereadores da cidade de Caxias do Sul

1. OBJETIVO

Objetivo dessa reforma é aprimorar os espaços de trabalho, tornando-os mais funcionais confortáveis e alinhado às necessidades do ambiente e de seus colaboradores. Isso pode envolver desde a otimização do layout e a modernização da estrutura interna, até a criação de ambientes mais colaborativos e funcionais, implementando ergonomia e adaptando as divisórias com painéis acústicos e antichamas.

Este memorial visa especificar a execução de projeto de interiores do 2º e 3º andar, do prédio da Câmara de Vereadores da cidade de Caxias do Sul/RS, com uma área a ser reformada totalizando 1.200 m² dos dois pavimentos, divididas em 72 salas, sendo:

- 23 salas de vereadores
- 23 salas de assessores
- 11 Bancadas
- 11 Comissões
- 4 salas de assessorias

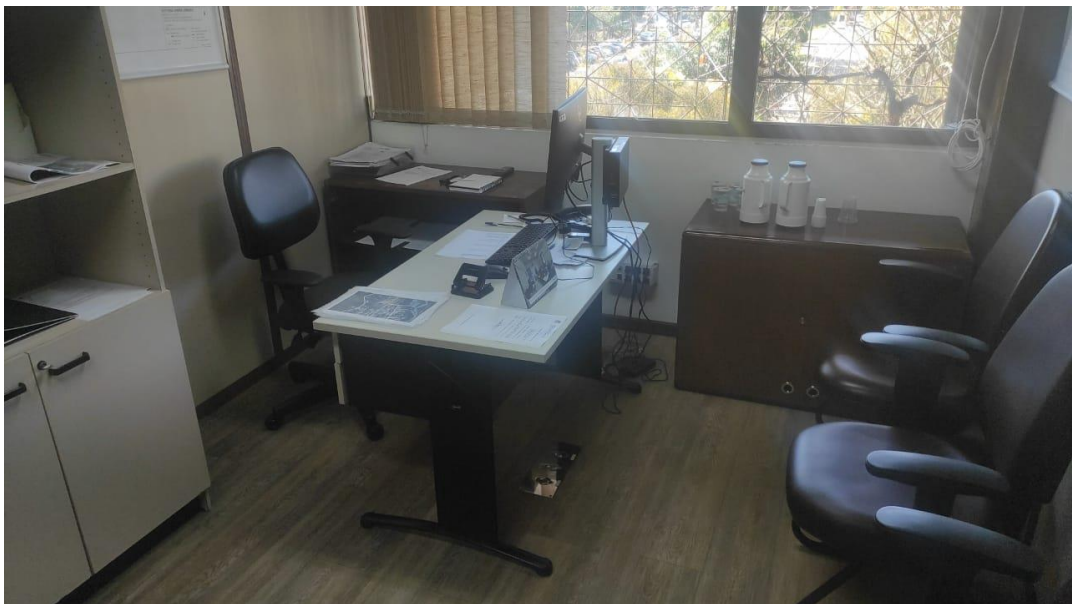
As especificações contidas neste Projeto Básico devem ser seguidas em todas as suas particularizações e em caso de dúvida o responsável técnico pelo projeto deve ser contatado e suprirá a dúvida do executor.

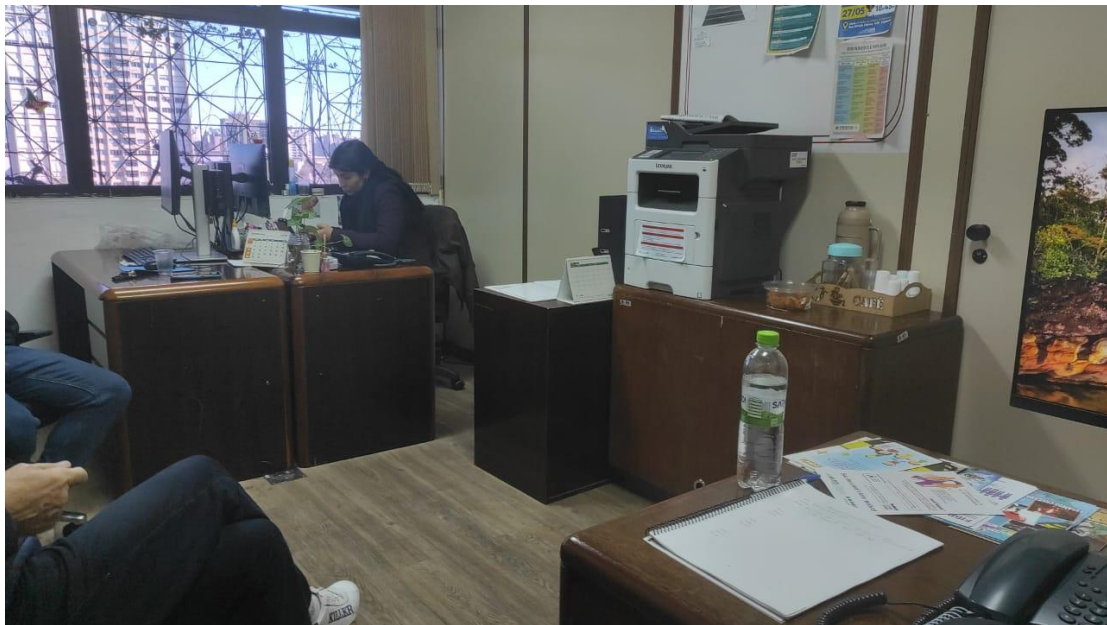
2. JUSTIFICATIVA

Verificou-se a necessidade da reforma dos andares em questão, visando adequar e modernizar as salas dos Vereadores, Assessores, Comissões e Bancadas, visto que as mesmas não sofreram manutenção e substituição de seus móveis a mais de 30 anos, causando depreciação nos mesmos.

Constatou-se também a necessidade da substituição das divisórias, agregando assim, isolamento acústico e antichamas que atualmente é inexistente.







3. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

- Não necessita de levantamento topográfico, e ensaios laboratoriais, socioambientais e geotécnicos, tratando-se de um projeto de interiores, com substituição de mobiliário e divisórias.

4. SOLUÇÕES TÉCNICAS

- Todos os tipos de materiais empregados na fabricação dos móveis devem possuir padrão de qualidade, e serão de responsabilidade do executor toda a mão de obra, maquinário e acessórios para a perfeita instalação e funcionamento dos móveis e divisórias.
- A realocação temporária dos colaboradores das salas que serão reformadas, para salas reservas devem seguir conforme definição interna.

5. IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS

- Os materiais hoje existentes, devem ser retirados cuidadosamente e devem ser transportados para uma área de depósito, pois estes serão doados e/ou leiloados posteriormente. O local de destinação será o prédio da MAESA, que é prédio público de propriedade da cidade de Caxias do Sul/RS.
- É de responsabilidade do executor a desmontagem e retirada dos móveis e divisórias existentes e o seu transporte para o local destinado.

- Os trabalhos de montagem e desmontagem, estão programados para serem executados em horário comercial, podendo estender-se aos sábados em função do cronograma da obra.
- Necessário destinar vagas de estacionamento pelo acesso principal, para retirada de material.
- É de responsabilidade da Contratada providenciar profissionais habilitados, capacitados e altamente especializados, os quais, assegure progresso satisfatório aos serviços prestados, dentro dos cronogramas previstos para desenvolverem as diversas atividades necessárias à sua execução.
- O responsável deverá apresentar laudo técnico para avaliação do desempenho e qualidade, com RRT que validem a eficiência da manta acústica e antichamas.

6. MÉTODOS CONSTRUTIVOS.

- Para a fabricação dos móveis e divisórias é indispensável seguir o projeto, detalhamento, especificações técnicas e dimensões do memorial descritivo no projeto executivo.
- Todas as medidas e quantitativos devem ser conferidas no local, de modo a adequar os itens a edificação existente, uma vez que podem haver variações de medidas que são intrínsecas e não constituem erro de projeto ou execução.
- As cores e padrões deverão seguir as especificações do projeto executivo.
- Observando a estrutura atual dos andares, o processo de reforma terá seu início no corredor do lado direito da rampa de acesso do 3º andar.
- A etapa deve ser concluída em sua totalidade, para que sejam realocadas as salas novamente, para que a reforma prossiga ao lado oposto, e desta forma não interrompa as atividades no local. E em subsequência os trabalhos de execução ao 2º andar.
- A parte elétrica destinada aos móveis inclui tomadas, fiação e componentes de iluminação embutidos ou integrados ao mobiliário.

7. SUBSÍDIOS

- O custeio para a reforma da Câmara de Vereadores fica a cargo da administração pública.

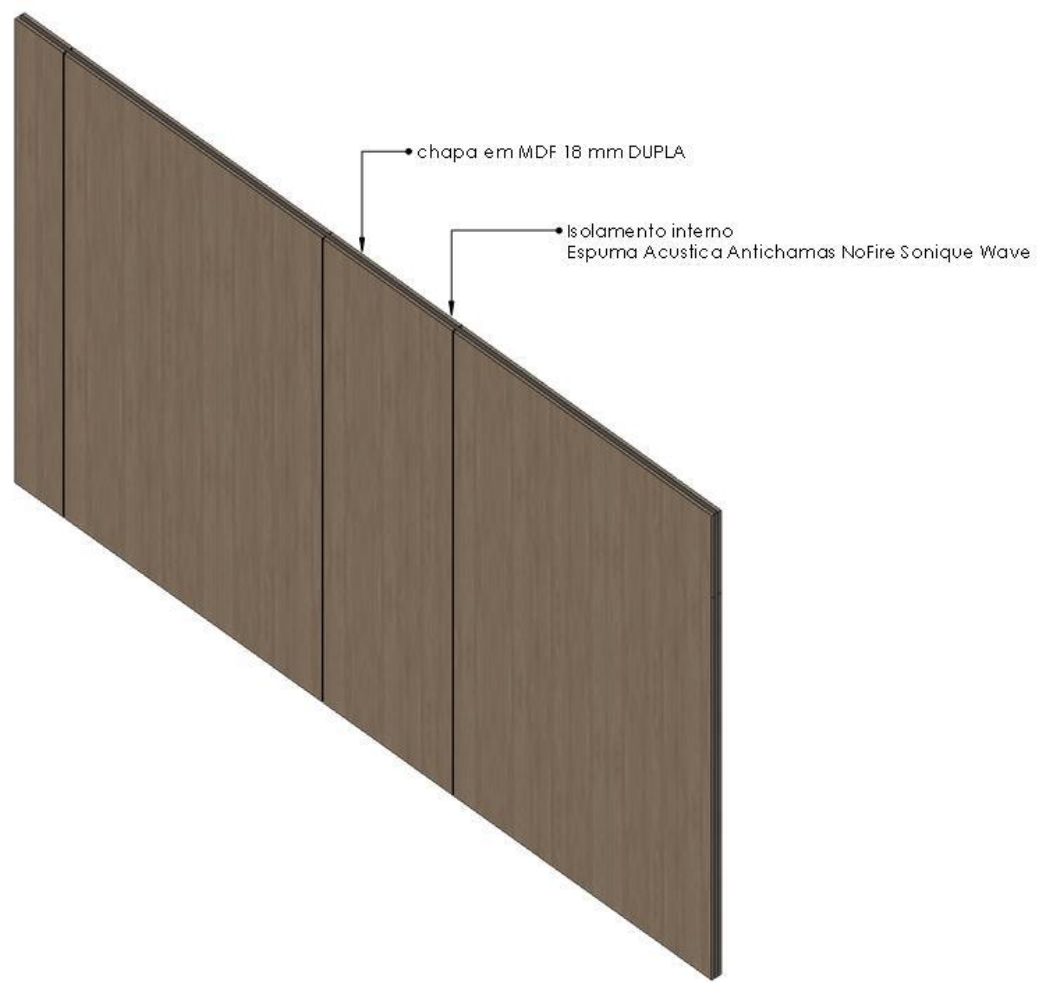
8. ESPECIFICAÇÕES DAS DIVISÓRIAS

As divisórias devem ser executadas conforme projeto, seguindo as medidas e prevendo a passagem de tubulação [se houver]. Deve ser observada a modulação dos painéis no projeto executivo.

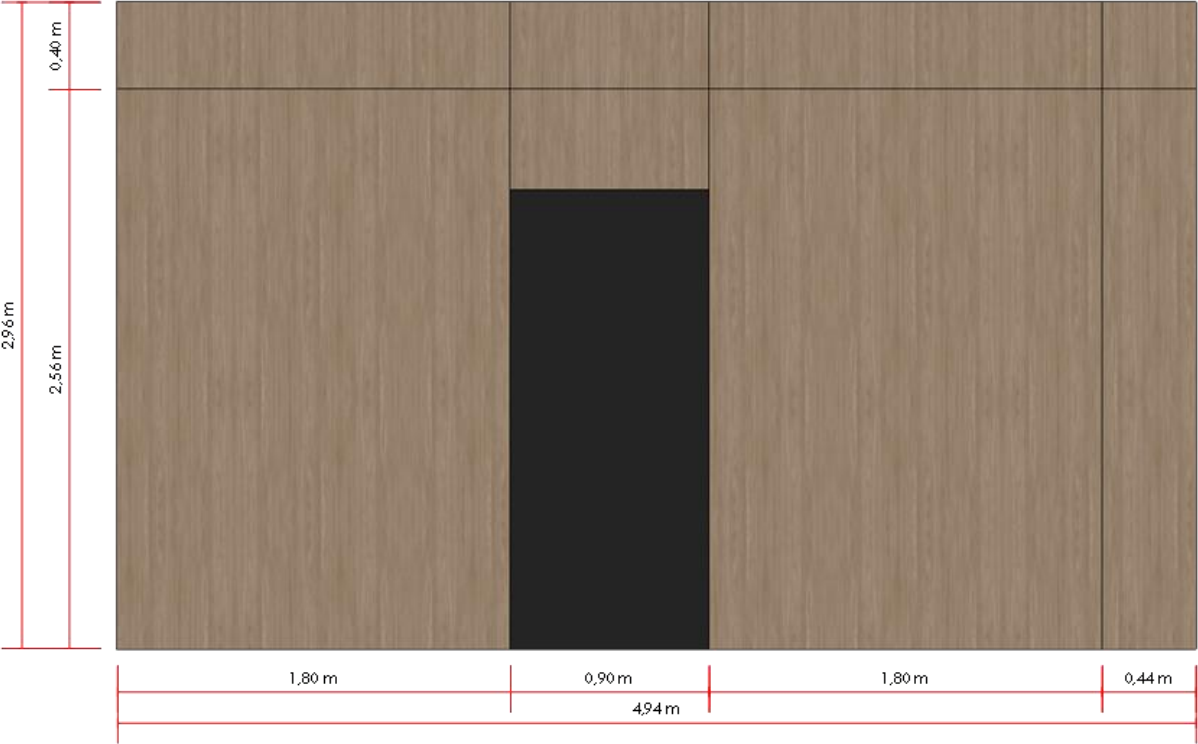
DIVISÓRIAS DAS SALAS

- MDF 18mm, cor amadeirado.
- Painéis duplicados com isolamento interno em espuma acústica e antichamas No Fire Sonique Wave.
- Portas de abrir com fechadura.
- Painéis das salas de acesso, voltadas a circulação com módulos em vidros fixo de espessura 8mm.
- Divisórias internas com portas de correr e puxadores.

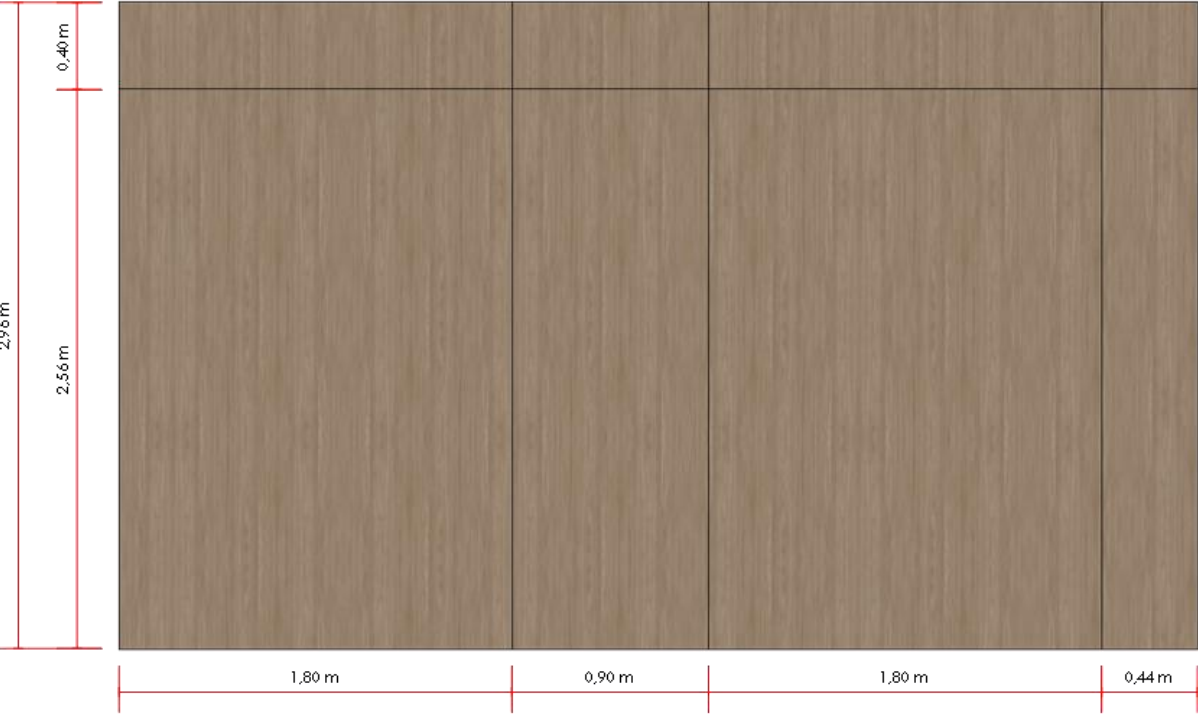


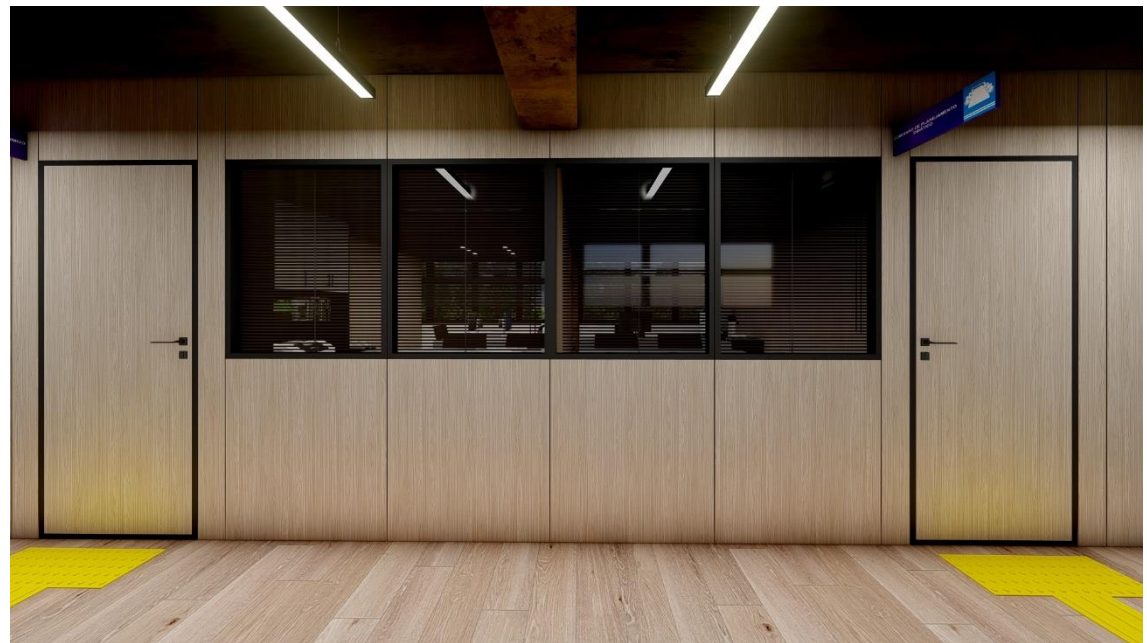
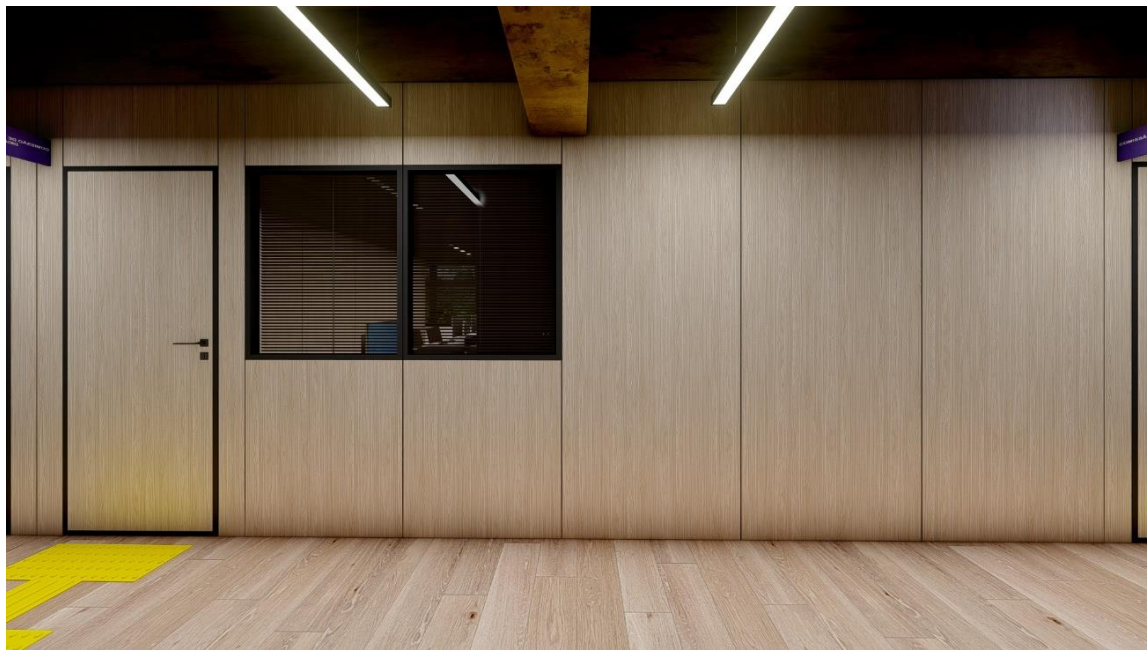


23 DIVISÓRIAS INTERNAS COM PORTA DE CORRER



39 DIVISÓRIAS INTERNAS SEM PORTA DE CORRER





9. SALAS

5.1 SALA DOS ASSESSORES

- Mesa do estagiário
- Armário Alto
- Armário Baixo
- Estação de trabalho para 4 assessores



Layout Sala Assessores





5.2 SALA DOS VERADORES

- Mesa de Reunião
- Mesa em L
- Armário Alto
- 2 prateleiras suspensas





5.3 SALA BANCADA

- Mesa de Reuniões
- Armário alto
- Armário baixo
- Estação de trabalho com 2 mesas



5.3 SALA COMISSÃO

- Mesa de Reuniões
- Armário alto
- Armário baixo
- Estação de trabalho com 1 mesas



5.3 SALA ASSESSORIAS

- Mesa de Reuniões
- Armário alto
- Armário baixo
- Estação de trabalho com 1 mesas



MÓVEIS SOLTOS



Estação trabalho 4 pessoas



Armário Alto



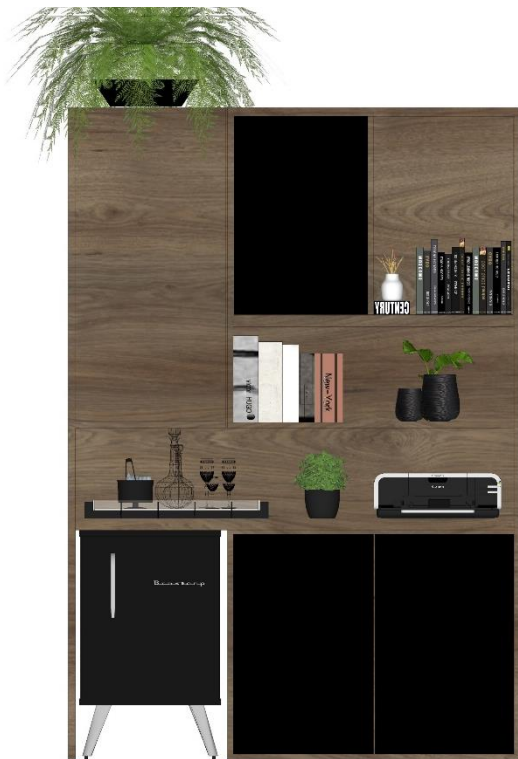
Balcão suporte Café



Estação trabalho 1 pessoa



Armário baixo



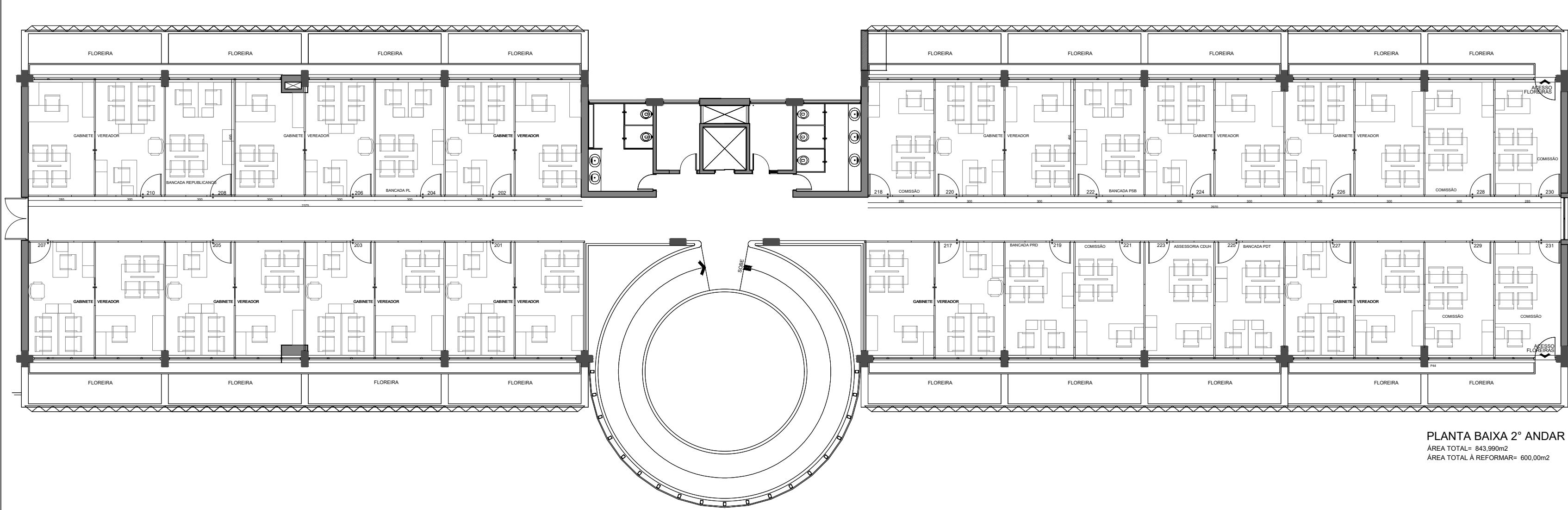
Armário Alto Multiuso



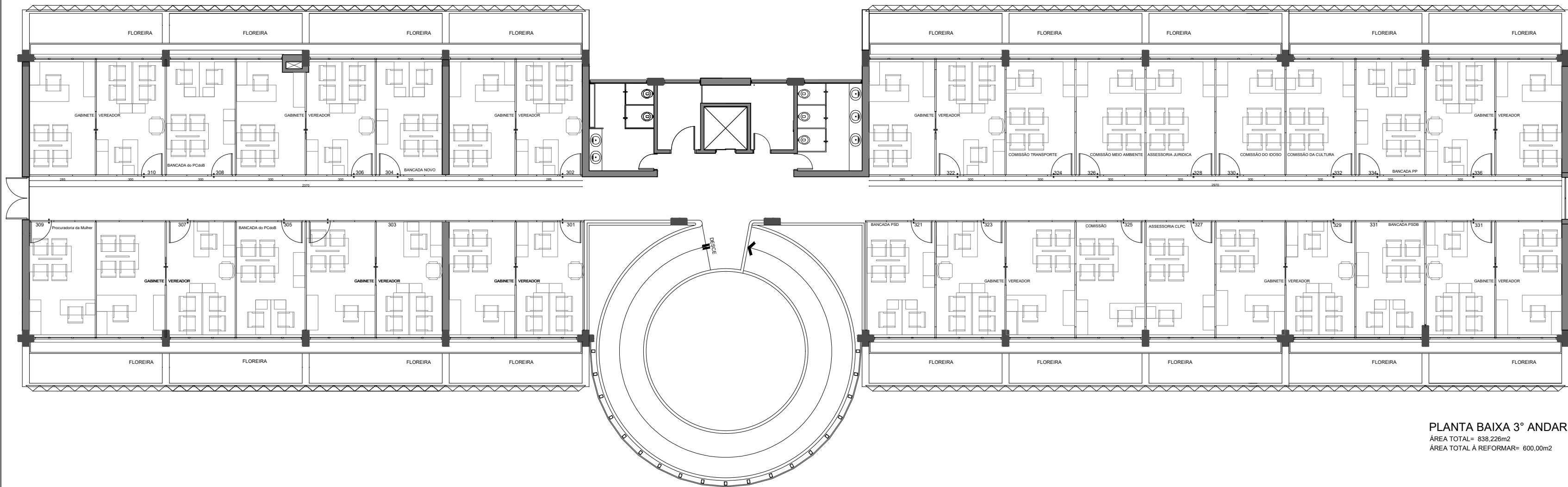
Mesa em L



Mesa de reuniões



PLANTA BAIXA 2º ANDAR
ÁREA TOTAL= 843.990m2
ÁREA TOTAL À REFORMAR= 600,00m2



PLANTA BAIXA 3º ANDAR
ÁREA TOTAL= 838.228m2
ÁREA TOTAL À REFORMAR= 600,00m2

Obra:	Localização:		
CÂMARA DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL			
Título:			
PROJETO DE INTERIORES E DIVISÓRIAS - PROJETO BÁSICO			
Projeto:			
LAYUOT 2º E 3º ANDAR			
Escala:	Data:	Área:	
1/50	13/08/2025	1.200 m²	
Responsável Técnico:			prancha
<div>RUA DOM PEDRO II, 578 APT0 02 BAIRRO SÃO JOSÉ CAXIAS DO SUL - RS CONTATO: (54) 9.9977-9616 EMAIL: arq.mayaralv@gmail.com</div> <div>ARQUITETA E URBANISTA MAYARA DE LIMA VIEGA PALUDO CAU/RS A178645-8</div>			01

MEMORIAL DESCRITIVO

PLANILHA DE CUSTOS

Peça	Qtde	Localização	Descrição	Valor unitário	Valor total
Estação trabalho 4 pessoas	23	Sala Assessores	Caixa branca e tamponamento amadeirado 100% MDF 18 mm e 36 mm 8 gavetas	R\$ 6.650,00	R\$ 152.950,00
Armário Alto	45	Sala Assessores Sala Bancada e Comissão	Caixa branca e tamponamento amadeirado 100% MDF 18 mm e 36 mm Portas de abrir prateleira interna e nicho	R\$ 3.500,00	R\$ 157.500,00
Balcão café	49	Sala Assessores Sala Bancada e Comissão Sala Assessoria	Caixa branca e tamponamento amadeirado 100% MDF 18 mm e 36 mm Portas de abrir prateleira interna e nicho	R\$ 980,00	R\$ 48.020,00
Estação trabalho 1 pessoa	60	Sala Assessores Sala Bancada e Comissão Sala Assessoria	Caixa branca e tamponamento amadeirado 100% MDF 18 mm e 36 mm 3 gavetas cor preto	R\$ 2.600,00	R\$ 156.000,00
Armário baixo	4	Sala Assessoria	Caixa branca e tamponamento amadeirado 100% MDF 18 mm e 36 mm Portas de abrir prateleira interna	R\$ 1.700,00	R\$ 6.800,00
Armário Alto multiuso	23	Sala vereadores	Caixa branca e tamponamento amadeirado 100% MDF 18 mm e 36 mm Portas de abrir prateleira interna e nicho	R\$ 5.300,00	R\$ 121.900,00
Mesa em L	23	Sala vereadores	Caixa branca e tamponamento amadeirado 100% MDF 18 mm e 36 mm 3 gavetas cor preto	R\$ 5.570,00	R\$ 128.110,00
Prateleira suspensa	46	Sala vereadores	MDF 36 mm cor preta	R\$ 355,00	R\$ 16.330,00

Mesa de Reuniões	49	Sala vereadores Sala Comissão Sala Bancada Sala Assessorias	100% MDF 36 mm tom amadeirado caixa de tomadas embutidas para até 5 pessoas	R\$ 3.050,00	R\$ 149.450,00
Divisórias 3,00m Porta e vidro	42	circulação	100% MDF 18 mm duplo Vidro 8 mm fixo, porta de abrir fechadura Isolamento interno espuma Acustica e Antichamas	R\$ 14.250,00	R\$ 598.500,00
Divisórias 2,85m Porta e vidro	6	circulação	100% MDF 18 mm duplo Vidro 8 mm fixo, porta de abrir fechadura Isolamento interno espuma Acustica e Antichamas	R\$ 13.760,00	R\$ 82.560,00
Divisórias 3,00m	18	circulação	100% MDF 18 mm duplo Isolamento interno espuma Acustica e Antichamas	R\$ 11.780,00	R\$ 212.040,00
Divisórias 2,85m	6	circulação	100% MDF 18 mm duplo Isolamento interno espuma Acustica e Antichamas	R\$ 12.230,00	R\$ 73.380,00
Divisórias 4,65m	4	circulação	100% MDF 18 mm duplo Isolamento interno espuma Acustica e Antichamas	R\$ 12.950,00	R\$ 51.800,00
Divisórias 4,95m	23	internas	100% MDF 18 mm duplo, Porta de correr puxador Isolamento interno espuma Acustica e Antichamas	R\$ 14.300,00	R\$ 328.900,00
Divisórias 4,95m	39	internas	MDF 18 mm duplo Isolamento interno espuma Acustica e Antichamas	R\$ 13.400,00	R\$ 522.600,00
Estrutura metálica	138	internas	Estrutura metálica para perfis sustentação paredes das divisórias	R\$ 450,00	R\$ 62.100,00
Remoção e retirada	1		Desmontar - carregar - deslocar - armazenar	R\$ 71.800,00	R\$ 71.800,00
Mão de obra	1		Material e instalação da elétrica na marcenaria	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Frete	1		Transporte e descarga e armazenamento - marcenaria	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00

Projeto Executivo	1		Projeto Executivo Acompanhamento ART - RRT	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
-------------------	---	--	--	----------------	----------------

TOTAL R\$ 3.157.740,00

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Etapa		Valor (R\$)	PARCELA	ACUMULADO
Projeto executivo		R\$ 120.000,00		
3° Andar - lado direito do andar - lado direito do corredor	1ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 9.972,20	17,16%	17,16%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 411.936,20	R\$ 541.908,40	R\$ 541.908,40
3° Andar - lado direito do andar - lado esquerdo do corredor	2ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 9.972,20	13,36%	30,52%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 411.936,20	R\$ 421.908,40	R\$ 963.816,80
3° Andar - lado esquerdo do andar - lado direito do corredor	3ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 7.977,76	10,69%	41,21%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 329.548,96	R\$ 337.526,72	R\$ 1.301.343,52
3° Andar - lado esquerdo do andar - lado esquerdo do corredor	4ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 7.977,76	10,69%	51,90%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 329.548,96	R\$ 337.526,72	R\$ 1.638.870,24
2° Andar - lado direito do andar - lado direito do corredor	5ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 9.972,20	13,36%	65,26%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 411.936,20	R\$ 421.908,40	R\$ 2.060.778,64
2° Andar - lado direito do andar - lado esquerdo do corredor	6ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 9.972,20	13,36%	78,62%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 411.936,20	R\$ 421.908,40	R\$ 2.482.687,04
2° Andar - lado esquerdo do andar - lado direito do corredor	7ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 7.977,76	10,69%	89,31%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 329.548,96	R\$ 337.526,72	R\$ 2.820.213,76
2° Andar - lado esquerdo do andar - lado esquerdo do corredor	8ª Etapa			
Desmontagem, carregamento, deslocar e armazenar		R\$ 7.977,76	10,69%	100,00%
Execução e montagem marcenaria e divisórias		R\$ 329.548,96	R\$ 337.526,72	R\$ 3.157.776,48

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo estimado para a prestação dos serviços é de 6 meses.


7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para produtos e materiais o contratante admitirá o emprego de similares, desde que autorizado previamente pela fiscalização. Entende-se por similaridade entre materiais ou equipamentos, a existência de analogia total ou equivalência do desempenho dos mesmos, em idêntica função construtiva e as mesmas características exigidas na especificação do projeto executivo.

O presente memorial atenta à etapa de Projeto Básico de Interiores, elencando em linhas gerais os padrões estabelecidos nas premissas de projeto, são sugestões para balizar o bom desenvolvimento do processo.

Cabe à Contratada deixar diariamente o local dos serviços limpo, tendo em vista o dano que pode ocorrer em equipamentos em caso de poeira.

Todas as medidas e quantitativos devem ser conferidas no local, de modo a adequar os itens à edificação existente, uma vez que pode haver variações de medidas, não cabendo nenhum serviço extra de diferenças entre as medidas e quantidades constantes no projeto e as existentes.

Documento assinado digitalmente
 **MAYARA DE LIMA VIEGA PALUDO**
Data: 03/06/2026 14:56:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável pelo Projeto de Interiores e Móveis

Mayara de Lima Viegas Paludo
Arquiteta e Urbanista
CAU A178645-8

Caxias Do Sul, 19 de Agosto de 2025

TERMO DE DOAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA

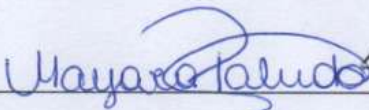

Mayara de Lima Viegas Paludo, brasileira, casada, arquiteta e urbanista, portadora do CPF nº 013.808.880-26, inscrita no CAU/RS sob o nº A178645-8, residente e domiciliada na Rua Dom Pedro II, nº 578, ap 02, no Município de Caxias do Sul / RS, emite o presente Termo de Doação de projeto básico de engenharia, em favor da Câmara Municipal de Caxias do Sul, nos seguintes termos:

A Doadora, por livre e espontânea vontade, efetua a doação de projeto de engenharia intitulado de Projeto Básico, em favor da Câmara Municipal de Caxias do Sul, documento, este, composto por 23 (vinte e três páginas), acompanhado de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, que consiste em documento prévio para licitação com vistas a Reforma interna do 2º e 3º andar da Câmara de Vereadores da cidade de Caxias do Sul.

Além da doação do documento, a Doadora também transfere os direitos autorais do Projeto mencionado em favor da Câmara Municipal de Caxias do Sul, que pode utilizar o mesmo para quaisquer fins a que se destinar, renunciando, expressamente, quaisquer direitos futuros, inclusive indenizatórios, sobre o mesmo.

A partir da efetivação da doação, nesta data, a responsabilidade de uso do Projeto Básico é exclusiva da Câmara Municipal de Caxias do Sul, para todos os fins.

Caxias do Sul/RS, 15 de setembro de 2025.

Mayara de Lima Viegas Paludo

Arquiteta e Urbanista

CAU/RS sob o nº A178645-8

CPF 013.808.880-26



 CLAUDIA CERBARO
Escrivente Autorizada

**Registro de Responsabilidade Técnica - RRT****1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome Civil/Social: MAYARA DE LIMA VIEGA
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 013.XXX.XXX-26
Nº do Registro: 00A1786458

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI16076587I00CT001
Data de Cadastro: 23/09/2025
Data de Registro: 24/09/2025

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$125,40 Boleto nº 23078997 Pago em: 24/09/2025

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE**3.1 Serviço 001**

Contratante: Câmara Municipal de Caxias do Sul
Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 92.XXX.XXX/0001-66
Data de Início: 03/11/2025
Data de Previsão de Término: 04/05/2026

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: RUA
Logradouro: ALFREDO CHAVES
Bairro: CENTRO

CEP: 95020460
Nº: 1323
Complemento:
Cidade/UF: CAXIAS DO SUL/RS

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.4.1 - Projeto de arquitetura de interiores
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.4.2 - Projeto de reforma de interiores
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.4.3 - Projeto de mobiliário
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.5.7 - Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão

Quantidade: 1.200,00
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 1.200,00
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 1.200,00
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 1.200,00
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

PROJETO BÁSICO



3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI16076587I00CT001	Câmara Municipal de Caxias do Sul	INICIAL	23/09/2025

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista MAYARA DE LIMA VIEGA, registro CAU nº 00A1786458, na data e hora: 2025-09-23 22:22:44, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).



ANEXO XIV

MATRIZ DE RISCOS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA – REFORMA INTERNA DO 2º E 3º ANDARES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

A presente Matriz de Riscos estabelece a alocação objetiva dos riscos relacionados à contratação semi-integrada para elaboração de projeto executivo e execução das obras de reforma interna do 2º e 3º andares da Câmara Municipal de Caxias do Sul, nos termos do art. 22 e art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A alocação dos riscos considera a capacidade de cada parte para preveni-los, absorvê-los ou mitigá-los, observando os princípios da eficiência, equilíbrio econômico-financeiro e segurança jurídica.

Nº	Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Alocação do Risco	Mitigação / Tratamento
1	Incompatibilidade entre Projeto Básico e Projeto Executivo	Insuficiência de detalhamento do Projeto Básico	Retrabalho, atrasos e aumento de custos	Média	Alto	Compartilhado	Validação técnica prévia e compatibilização integral antes do início da execução
2	Erros no Projeto Executivo	Falha técnica da contratada	Paralisações, correções e aditivos	Média	Alto	Contratada	Revisão técnica interna, ART/RRT e compatibilização multidisciplinar
3	Existência de interferências ocultas na edificação	Estrutura existente não visível	Necessidade de adequações construtivas	Alta	Alto	Contratante	Vistorias preliminares e previsão de ajustes mediante justificativa técnica
4	Necessidade de alteração de escopo	Demandas supervenientes da Administração	Acréscimo de custos e prazo	Média	Alto	Contratante	Definição precisa do escopo e controle formal de alterações
5	Paralisação por funcionamento da Câmara	Limitação operacional do prédio ocupado	Atraso no cronograma	Alta	Médio	Compartilhado	Planejamento por etapas e execução em horários diferenciados

Nº	Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Alocação do Risco	Mitigação / Tratamento
6	Atraso na aprovação do Projeto Executivo	Demora da análise técnica da Administração	Impacto no cronograma contratual	Média	Médio	Contratante	Estabelecimento de fluxo interno prioritário
7	Aumento extraordinário de insumos	Oscilações excepcionais de mercado	Desequilíbrio econômico-financeiro	Média	Alto	Compartilhado	Aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro nos termos legais
8	Inexecução por insuficiência financeira da contratada	Má gestão financeira	Paralisação da obra	Média	Alto	Contratada	Exigência de qualificação econômico-financeira e acompanhamento contratual
9	Acidente de trabalho	Descumprimento de normas de segurança	Responsabilidade civil e paralisação	Média	Alto	Contratada	Cumprimento rigoroso das NRs e fiscalização permanente
10	Danos ao patrimônio público existente	Execução inadequada dos serviços	Custos de reparação	Média	Alto	Contratada	Isolamento de áreas e plano de proteção patrimonial
11	Descoberta de patologias estruturais ocultas	Condições preexistentes não identificadas	Alteração técnica da solução executiva	Média	Alto	Contratante	Laudos complementares e revisão técnica fundamentada
12	Falha de fornecedores	Atrasos logísticos ou indisponibilidade	Atraso da obra	Média	Médio	Contratada	Planejamento de suprimentos e fornecedores alternativos
13	Eventos climáticos extremos	Chuvas intensas ou eventos excepcionais	Suspensão temporária dos serviços	Baixa	Médio	Compartilhado	Reprogramação do cronograma
14	Greves ou paralisações externas	Fatores externos à execução	Impacto operacional	Baixa	Médio	Compartilhado	Plano de contingência operacional
15	Não obtenção	Pendências	Impedimento de	Média	Alto	Contratada	Planejamento

Nº	Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Alocação do Risco	Mitigação / Tratamento
	de licenças e autorizações	técnicas ou administrativas	execução				prévio e protocolo tempestivo
16	Falhas na compatibilização de instalações	Projetos complementares incompatíveis	Retrabalho e custos adicionais	Média	Alto	Contratada	Compatibilização BIM/CAD multidisciplinar
17	Desconformidade com normas de acessibilidade	Erros de concepção ou execução	Rejeição técnica e retrabalho	Baixa	Alto	Contratada	Observância integral da ABNT e legislação vigente
18	Atraso nos pagamentos pela Administração	Fluxo financeiro administrativo	Impacto financeiro da contratada	Baixa	Médio	Contratante	Observância da ordem cronológica de pagamentos
19	Desmobilização indevida da obra	Abandono ou redução injustificada de equipe	Paralisação contratual	Baixa	Alto	Contratada	Aplicação de sanções e fiscalização permanente
20	Litígios trabalhistas	Descumprimento de obrigações trabalhistas	Responsabilização subsidiária	Média	Alto	Contratada	Fiscalização documental e retenções legais
21	Subcontratação irregular	Contratação sem anuência	Risco técnico e jurídico	Baixa	Médio	Contratada	Controle e aprovação formal da fiscalização
22	Vazamento de informações ou acesso indevido	Execução em prédio público ocupado	Risco institucional	Baixa	Médio	Contratada	Controle de acesso e identificação de equipes
23	Necessidade de adequações exigidas por órgãos fiscalizadores	Exigências supervenientes	Alterações de projeto e prazo	Média	Médio	Compartilhado	Atendimento tempestivo às exigências técnicas
24	Falha de comunicação entre fiscalização e contratada	Gestão contratual inadequada	Retrabalho e atrasos	Média	Médio	Compartilhado	Reuniões periódicas e atas de acompanhamento

Nº	Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Alocação do Risco	Mitigação / Tratamento
25	Reequilíbrio econômico-financeiro indevido	Pleitos sem comprovação	Judicialização contratual	Média	Médio	Contratada	Exigência de comprovação objetiva do desequilíbrio

DIRETRIZES GERAIS

A ocorrência de evento alocado à CONTRATADA não ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

Os riscos alocados ao CONTRATANTE poderão ensejar revisão contratual, prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme análise técnica e jurídica.

Os riscos classificados como compartilhados serão analisados conforme a contribuição causal de cada parte para a ocorrência do evento.

A presente matriz não afasta a incidência das hipóteses legais de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou sujeições imprevisas.

A fiscalização contratual deverá registrar formalmente as ocorrências relacionadas aos eventos previstos nesta matriz.



Estudo Técnico Preliminar

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo formalizar a necessidade de reforma interna dos 2º e 3º andares do edifício onde está localizada a Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS. A edificação, construída em 1996, necessita de reparos e melhorias para assegurar maior segurança, modernização e otimização do espaço.

A infraestrutura atual apresenta sinais de desgaste devido ao tempo de uso, o que pode comprometer a segurança dos usuários, funcionários e visitantes. A reforma é essencial para assegurar que o edifício atenda às normas de segurança e acessibilidade vigentes.

É importante destacar que, na época de sua construção e inauguração, em 1996, as necessidades tecnológicas, operacionais e estruturais eram significativamente diferentes das atuais. À época, a Câmara Municipal contava com 17 vereadores, ao passo que atualmente o número de parlamentares passou para 23, o que, por si só, representa aumento na demanda por espaços físicos e infraestrutura adequada.

Além disso, o uso intensivo de computadores, sistemas de climatização (ar-condicionado) e a necessidade de acomodações apropriadas para servidores e agentes políticos não foram previstos nos parâmetros adotados à época da construção. Tal cenário torna imprescindível a readequação das instalações, a fim de garantir suporte adequado às tecnologias e às condições de trabalho atualmente exigidas.

A ocupação dos andares, como está atualmente, não atende às necessidades operacionais e funcionais da Câmara Municipal. A reforma proporcionará um melhor aproveitamento do espaço, permitindo maior conforto e eficiência tanto para os servidores quanto para os visitantes, além de otimizar o ambiente para o desempenho das atividades legislativas.

Além disso, o atual mobiliário da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS é obsoleto e apresenta sinais significativos de desgaste, não atendendo às necessidades contemporâneas dos servidores. A substituição e atualização do mobiliário são essenciais para garantir um ambiente de trabalho mais eficiente, confortável e funcional.

Cumprе ressaltar, também, que as divisórias atualmente existentes para a separação física dos espaços da Câmara Municipal não oferecem isolamento acústico adequado, o que acaba ocasionando interferências sonoras entre os setores e comprometendo o desempenho das atividades administrativas e legislativas. Além disso, tais divisórias prejudicam a estética e a organização do ambiente, bem como não oferecem a flexibilidade necessária para atender às demandas dinâmicas dos espaços de trabalho, dificultando a adaptação dos ambientes às diferentes funções e ao fluxo operacional. Nesse contexto, a atualização dessas divisórias mostra-se essencial para melhorar a funcionalidade do espaço, proporcionando uma distribuição mais eficiente e harmoniosa, favorecendo a integração entre os setores e otimizando a utilização do ambiente institucional.



Ainda, a preservação e valorização do patrimônio público é um aspecto importante para a cidade. A reforma contribuirá para a manutenção do valor histórico e arquitetônico do edifício, respeitando suas características originais, mas adequando-o às necessidades atuais.

A execução da reforma visa, portanto, garantir um ambiente mais seguro, moderno e eficiente, tanto para os vereadores, para os servidores da Câmara Municipal quanto para a população que depende dos serviços prestados pelo órgão.

Por fim, cumpre esclarecer que todas as ações e intervenções estão em conformidade com o projeto básico recebido em doação pela Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS, o qual segue anexo para consulta.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS, tendo em vista que referido instrumento ainda não foi elaborado. Contudo, o planejamento da contratação encontra-se formalizado por meio de projeto básico recebido em doação pela Câmara Municipal.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços de reforma a serem realizados possuem natureza de serviços especiais, conforme estabelecido no artigo 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que, devido à sua alta heterogeneidade e complexidade, não podem ser classificados como serviços comuns.

A obra em questão refere-se à reforma interna dos 2º e 3º andares do edifício onde está localizada a Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS, com o objetivo de realizar reparos e melhorias que garantam maior segurança, modernização e otimização do espaço.

A contratação será realizada sob o regime semi-integrado, o que permitirá a realização de ajustes durante a execução da obra e proporcionará maior controle sobre o projeto. Além disso, esse regime favorecerá a redução de custos, uma vez que possibilita um orçamento mais preciso e a escolha de fornecedores com preços competitivos.

A contratada deverá apresentar o projeto executivo de engenharia e arquitetura, bem como executar as obras de reforma.

As obras e serviços deverão ser executados com utilização de materiais de primeira qualidade e mão-de-obra qualificada, devendo o contratado dispor de equipamentos, ferramental e todos os acessórios indispensáveis para cumprimento dos projetos, memoriais, planilhas e demais documentos que integram o presente expediente.

Todos os colaboradores da contratada deverão trabalhar devidamente uniformizados e providos de equipamentos de proteção individual, de acordo com as legislações vigentes.



Na execução das obras e serviços deverão ser observadas as boas normas de engenharia e da ABNT, bem como as demais condições contidas no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos que integram o presente edital, cabendo ao licitante vencedor o fornecimento de materiais, mão-de-obra e todos os equipamentos essenciais necessários.

A mão-de-obra a ser empregada na execução dos trabalhos não terá vínculo algum com a Câmara Municipal, descabendo, conseqüentemente, a imputação de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou acidentárias ao legislativo municipal.

É vedado ao licitante vencedor ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, as obras e serviços, sem autorização expressa da Câmara Municipal.

Na elaboração das propostas orçamentárias a empresa licitante deverá observar, avaliar, cumprir e contemplar todas as disposições contidas nos Projetos que constituem anexos deste edital. Eventuais serviços que não constem das planilhas orçamentárias fornecidas pela Câmara Municipal, deverão ser previstos e ter seus preços diluídos nos itens constantes das mesmas, não podendo a empresa vencedora pleitear, posteriormente, aditivos financeiros de eventuais serviços ou acréscimos não previstos originalmente.

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços com qualidade, atendendo fielmente as condições de execução estabelecidas nos documentos integrantes do processo licitatório;
- b) Manter, durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando, juntamente com as medições, as provas de regularidade de situação perante o INSS e FGTS;
- c) Fornecer à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço, uma via quitada da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, formalizada pelo CREA-RS;
- d) Executar as obras e serviços de acordo com os projetos, especificações e boas normas de higiene e segurança, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários;
- e) Remover todos os materiais do local, como entulhos e outros inservíveis, de modo a deixar o local limpo;
- f) Responsabilizar-se totalmente pela guarda, vigilância e manutenção dos materiais, ferramentas, equipamentos e canteiro de obras;
- g) Confeccionar, instalar e preservar, às suas expensas, desde o início até a entrega definitiva das obras, a placa da obra, conforme dizeres fornecidos pela CONTRATANTE;



- h) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, as obras e serviços em execução que estiverem em desacordo com as especificações, boa técnica e/ou que coloque em risco a segurança pública e/ou bens de terceiros;
- i) Responder civil e criminalmente pelos danos, perdas e prejuízos que, por dolo, culpa ou responsabilidade na execução deste contrato, venha direta ou indiretamente causar, por si ou por seus empregados, à CONTRATANTE ou à terceiros.
- j) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste contrato, e os que apresentem defeito de materiais, pelo prazo de 05(cinco) anos, contados da data de recebimento definitivo;
- k) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, tributários, administrativo e civil, decorrentes da execução do objeto deste contrato;
- l) Manter seus empregados devidamente uniformizados e providos de equipamentos de proteção individual, atendendo, inclusive, outras normas de segurança do trabalho;

A contratação será realizada pela modalidade semi-integrada, nos termos do artigo 6º, inciso XXXIII, da Lei nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do artigo 62, da Lei nº 14.133/2021:

- a) Prova que a licitante exerce atividades atinentes à área licitada, visando comprovar sua aptidão para o desempenho do objeto licitado, através do alvará de funcionamento.
- b) Prova de registro ou inscrição da licitante junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- c) Prova documentada do responsável técnico do licitante indicando cargo e/ou função compatível com a obra, através de cópia da carteira de trabalho assinada do quadro de funcionários ou cópia do contrato de trabalho ou do contrato social.
- d) Declaração da licitante de aptidão para desempenho das atividades, nas quantidades e prazos exigidos, e de disponibilidade de aparelhamento técnico adequado para a realização do objeto da licitação.
- e) Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público.



- f) Atestado fornecido pela Câmara de Vereadores, assinado pelo responsável técnico da empresa licitante e funcionário do legislativo que acompanhou a visita técnica ou Declaração em que expressa o DECLÍNIO do direito de realizar a visita técnica, afirmando seu conhecimento integral das condições do local, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

4. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

No que se refere as alternativas disponíveis no mercado para suprir a demanda, há que se mencionar que se trata de um serviço de engenharia para a reforma de uma edificação, o único meio para suprir a demanda existente, não existindo outra alternativa construtiva para atingir o objetivo em relação a pluralidade de empresas para a contratação, há no mercado Nacional diversas empresas de engenharia para a elaboração de projeto executivo e realização de obras e serviços por preço global, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Assim, através do projeto básico, já foi elaborado o planejamento da licitação, sendo que um dos componentes é a planilha orçamentária estimada da contratação, com a discriminação dos valores unitários e totais de todos os materiais e serviços que serão aplicados na execução da reforma.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 3.157.740,00 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta reais), conforme projeto básico em anexo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo está detalhada no Projeto Básico a ser utilizado pela Câmara Municipal para a licitação que se pretende, cujo documento detalha o conjunto completo de serviços, métodos e produtos necessários para a reabilitação e melhoria do imóvel, garantindo a execução das obras conforme os projetos executivos a serem elaborados pela empresa contratada, atendendo a legislação pertinente e os objetivos do órgão público, desde o desmonte inicial até os acabamentos finais, passando por instalações e acessibilidade, entregando um imóvel reformado e funcional.

A descrição da solução como um todo consiste, basicamente, em:



Serviços preliminares: Preparação do local, como demolições, limpeza e movimentação de resíduos gerados pela obra.

Intervenções estruturais: Substituição das divisórias internas e do mobiliário.

Instalações: Adaptação dos sistemas elétricos das estações de trabalho.

Acabamentos: Montagem de divisórias com sistema acústico.

Acessibilidade: Manutenção das características do imóvel para atender às normas de acessibilidade e inclusão de pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria da área de uso: Reforma e otimização dos espaços como as estações de trabalho e os gabinetes.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do artigo 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo artigo 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.



8. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a realização de obras de conservação e melhoria da parte interna dos 2º e 3º andares do edifício da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Com a realização das obras, serão oferecidas aos munícipes, melhorias em sua qualidade de vida, acessibilidade, condições de higiene e segurança. Com a realização desta obra estaremos melhor atendendo nossa população, oferecendo um local adequado, com estrutura de moderna, segura e com ampla acessibilidade.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Orientações complementares acerca da sustentabilidade da prestação almejada poderão ser repassadas pela fiscalização competente, entretanto, a responsabilidade de cumprimento de medidas para que não sejam causados impactos ambientais é da empresa, devendo constar expressamente no contrato tal obrigação.

Ainda, em vista de que os materiais empregados na obra se constituem em produtos que causam impactos ambientais significativos, a contratada deverá empregar apenas materiais que atendam as normas ambientais vigentes, sob pena de responsabilização, inclusive em relação ao descarte de resíduos eventualmente gerados.



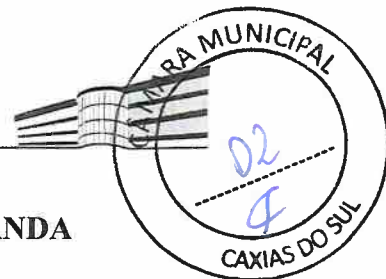
11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Caxias do Sul/RS, 18 de setembro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE POR
Igor Schmaedeke
CPF: 030.428.560-97
Data: 27/05/2026 16:24 -03:00

ASSINADO DIGITALMENTE POR
Jaqueline Pagno Turmina
CPF: 804.220.800-63
Data: 27/05/2026 16:21 -03:00



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS.	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Diretoria Geral	
Responsável pela Demanda: Ricardo Barazzetti	Cargo: Diretor Geral
E-mail: rbarazzetti@camaracaxias.rs.gov.br	Telefone: (54) 3218 1688

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa, sob regime semi-integrado, para elaboração do projeto executivo de engenharia e execução de todas as etapas necessárias à reforma dos 2º e 3º andares do edifício da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS.

2. Justificativa da necessidade da contratação

A presente justificativa tem como objetivo formalizar a necessidade de reforma dos 2º e 3º andares do edifício onde está localizada a Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS. A edificação, construída em 1996, requer reparos e melhorias para garantir maior segurança, modernização e otimização do espaço.

A infraestrutura atual apresenta sinais de desgaste devido ao tempo de uso, o que pode comprometer a segurança dos usuários, funcionários e visitantes. A reforma é essencial para assegurar que o edifício atenda às normas de segurança e acessibilidade vigentes.

É importante destacar que, na época de sua construção, as necessidades tecnológicas e operacionais eram significativamente diferentes. Por exemplo, o uso de computadores, sistemas de climatização (ar-condicionado) e o aumento da demanda por acomodações adequadas para pessoal não foram previstos nos parâmetros utilizados na época da construção. Isso torna imprescindível a readequação das instalações para suportar as tecnologias e as condições de trabalho atuais.

A ocupação dos andares, como está atualmente, não atende às necessidades operacionais e funcionais da Câmara Municipal. A reforma proporcionará um melhor aproveitamento do espaço, permitindo maior conforto e eficiência tanto para os servidores quanto para os visitantes, além de otimizar o ambiente para o desempenho das atividades legislativas.

Além disso, o atual mobiliário da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS é obsoleto e apresenta sinais significativos de desgaste, não atendendo às necessidades contemporâneas dos



servidores. A substituição e atualização do mobiliário são essenciais para garantir um ambiente de trabalho mais eficiente, confortável e funcional.

Cumprе ressaltar, também, que as divisórias atualmente existentes para a separação física dos espaços da Câmara Municipal são obsoletas, comprometendo tanto a estética quanto a organização do local. Além disso, essas divisórias não oferecem a flexibilidade necessária para atender às demandas dinâmicas dos ambientes de trabalho, dificultando a adaptação dos espaços às diferentes funções e ao fluxo de trabalho. A atualização dessas divisórias é essencial para melhorar a funcionalidade do espaço, proporcionando uma distribuição mais eficiente e harmoniosa, que favoreça a interação entre os setores e otimize o uso do ambiente.

Ainda, a preservação e valorização do patrimônio público é um aspecto importante para a cidade. A reforma contribuirá para a manutenção do valor histórico e arquitetônico do edifício, respeitando suas características originais, mas adequando-o às necessidades atuais.

A execução da reforma visa, portanto, garantir um ambiente mais seguro, moderno e eficiente, tanto para os servidores da Câmara Municipal quanto para a população que depende dos serviços prestados pelo órgão.

Por fim, cumpre esclarecer que todas as ações e intervenções estão em conformidade com o projeto básico recebido em doação pela Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS, o qual segue anexo para consulta.

3. Motivação da Contratação

A motivação para a contratação de uma empresa, sob regime semi-integrado, para a reforma dos 2º e 3º andares do edifício da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS, tem como objetivo garantir maior acessibilidade, segurança e conforto aos usuários, funcionários e visitantes do Legislativo Municipal.

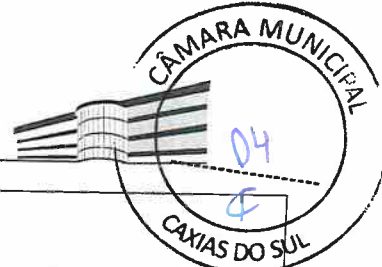
Os edifícios construídos em alvenaria são reconhecidos por sua alta durabilidade, o que também se aplica à Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS, uma edificação erguida em 1996.

No entanto, passados aproximadamente 30 anos desde sua construção, torna-se necessária uma reforma para assegurar a integridade da estrutura, bem como para atualizar o edifício aos padrões contemporâneos de tecnologia, acessibilidade e segurança.

Ademais, o mobiliário e as divisórias entre as salas encontram-se antiquados e desgastados, sendo necessária sua substituição e modernização.

A contratação pelo regime semi-integrado permite a realização de ajustes durante a execução da obra e oferece maior controle sobre o projeto. Além disso, possibilita a redução de custos, pois favorece um orçamento mais preciso e a escolha de fornecedores com preços competitivos.

Outrossim, o regime semi-integrado proporciona maior agilidade na obra, dado que envolve menos burocracia, especialmente pela simplificação das licitações, com a realização de um



número reduzido de processos.

Portanto, a contratação da empresa para a reforma dos 2º e 3º andares do edifício da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS é motivada pelo compromisso de oferecer uma solução eficiente, sustentável e integrada ao contexto histórico da cidade, visando o bem-estar e a qualidade de vida da população local.

4. Objetivos da Contratação

- **Garantir a Segurança Estrutural;**
- **Melhorar a Acessibilidade;**
- **Modernização da Infraestrutura;**
- **Otimização do Espaço;**
- **Preservação do Patrimônio Histórico;**
- **Aprimorar o Conforto e a Funcionalidade.**

Todos os itens identificados neste campo de Objetivos da Contratação encontram-se pormenorizados e justificados no Projeto Básico.

5. Quantidade de serviço/materiais a ser contratada

As estimativas das quantidades dos serviços são obtidas da planilha constante no Projeto Básico (anexo).

6. Justificativa para a quantidade desejada

A quantidade a ser adquirida é a condizente com a necessidade do Órgão ou setor, de acordo com o solicitado pelo setor de Direção Geral da Casa e indicado no Projeto Básico por profissional competente, sem execução de serviços desnecessários, com o intuito de manter o equilíbrio econômico da entidade.

7. Início da prestação dos serviços

Previsão de data em que deve ser iniciada a execução das obras é em até cinco dias após a expedição da ordem de início, sendo que a projeção de expedição da ordem de início se dará no mês de novembro de 2025.

Caxias do Sul/RS, 18 de setembro de 2025.


Ricardo Barazzetti

Diretor Geral